

CABO VERDE E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UMA LIGAÇÃO BICENTENÁRIA

JOÃO PAULO MADEIRA

joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Professor Auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV, Cabo Verde) e coordenador do grupo disciplinar em Relações Internacionais e Diplomacia desde julho de 2021. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP-UL). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) e bolseiro de pós-doutoramento em 2018 pela Fundação Calouste Gulbenkian na FCT NOVA enquanto membro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (REALP).

Resumo

As mudanças ocorridas na distribuição do poder mundial sugerem que países insulares como Cabo Verde diversifiquem formas de cooperação a fim de se aproximarem de parceiros credíveis e, desse modo, garantirem benefícios a longo prazo. Esta premissa, combinada com princípios de solidariedade, respeito mútuo, transparência e responsabilidade têm permitido a assinatura de vários acordos entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América (EUA) nos domínios da segurança e defesa, política de ajuda ao desenvolvimento, democracia e direitos humanos. O presente artigo pretende apresentar e discutir criticamente os principais ganhos obtidos na relação entre os Estados Unidos da América e Cabo Verde, este último enquanto colónia portuguesa até julho de 1975 e, após essa data, entre Estados independentes, com o objetivo de construir um quadro analítico que permita responder aos atuais desafios que se deparam. Nesse sentido, recorreu-se a um estudo exploratório de carácter qualitativo a partir da análise bibliográfica e documental. Os resultados permitem concluir que Cabo Verde e os Estados Unidos da América têm vindo a acompanhar a evolução da conjuntura internacional, tendo em conta a importância na região onde o arquipélago se insere, partilhando sinergias e troca de experiências em matéria de desenvolvimento, defesa e segurança.

Palavras-chave

Cabo Verde, Estados Unidos da América, Relações bilaterais, Defesa e segurança, Desenvolvimento.

Como citar este artigo

Madeira, João Paulo (2021). Cabo Verde e Estados Unidos da América: uma ligação bicentenária. Janus.net, e-journal of international relations. Vol12, Nº. 2, Novembro 2021-Abril 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.2.7>

Artigo recebido em 4 Maio 2021 e aceite para publicação em 8 Setembro 2021





CABO VERDE E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UMA LIGAÇÃO BICENTENÁRIA

JOÃO PAULO MADEIRA

Introdução

O sistema internacional é atualmente caracterizado pela difusão de poderes sendo, para o efeito, necessário o estabelecimento de alianças a partir de alinhamentos estratégicos assentes em princípios, valores e interesses comuns. Os Estados estabelecem formas de relacionamento com outros Estados e, desse modo, promovem e consolidam os seus interesses.

As relações entre Cabo Verde e os EUA remontam ao século XVIII. Na sua história destacam-se três momentos particularmente importantes: o primeiro refere-se à passagem por Cabo Verde de um considerável número de africanos que foram vítimas do comércio de escravos com destino ao continente americano; o segundo relaciona-se com a atividade de navios baleeiros norte-americanos de New Bedford e Nantucket nos mares de Cabo Verde. O terceiro vem na sequência da intensificação das rotas comerciais entre os EUA e a África Ocidental (Lobban, 2018). O arquipélago passou a ocupar um lugar de destaque ao comercializar e exportar produtos para os EUA e, em particular para a Cidade de Boston, pele de cabra (Brooks, 1970; 2010; Duncan, 1972). Este relacionamento e formas de diálogo permanente permitiram que, nos séculos seguintes, os locais das ilhas vissem na emigração uma oportunidade para melhorar as condições de vida e das suas respetivas famílias.

Atualmente, as comunidades cabo-verdianas mais representativas concentram-se no estado de Massachusetts (capital Boston e nas cidades e vilas próximas como Quincy, Randolph, Somerville e Cambridge) e a sul de Boston (Brockton, Taunton, Fall River, New Bedford, Cape Cod e Wareham) e nos estados de Rhode Island (Providence, Pawtucket, East Providence e Central Falls), Connecticut (Bridgeport e Waterbury), Flórida, Califórnia, Nova Jérquia, Virgínia, Maryland, Nova Iorque e Geórgia (MOTT, 2020; Lima-Neves, 2015). A comunidade é de mais de 250 mil habitantes (ONU News, 2020) e é representada pela Embaixada de Cabo Verde em Washington, D.C. e pelo Consulado Geral em Boston, Quincy, Massachusetts.

Os EUA destacam Cabo Verde como um importante parceiro que, desde a independência em julho de 1975, se empenhou na edificação de um Estado de Direito que promove a democracia, transparência e responsabilização das instituições públicas. Estamos diante de um Estado que zela pela independência, responsabilidade e imparcialidade dos tribunais e do Ministério Público, e onde os direitos civis e políticos são respeitados e as liberdades de expressão, de associação e de imprensa, entre outras, são salvaguardadas. Defende com firmeza os valores da democracia pluralista,



do Estado de Direito e parte da ideia de que o fomento da paz, da segurança e do desenvolvimento social e económico constituem a melhor opção. O arquipélago mantém relações com parceiros, quer se trate de países quer de regiões, baseadas na confiança, igualdade e reciprocidade. Cabo Verde tem procurado, apesar de várias limitações, dar consistência às políticas interna e externa, aproximando-se de países que fazem parte do hemisfério Sul e, simultaneamente do Norte a fim de reforçar a sua agenda diplomática. Este é um aspeto inovador, mesmo em tempos de incerteza, que caracteriza o atual sistema internacional. No entanto, poder-se-á questionar, quais têm sido os principais ganhos de Cabo Verde na relação com os EUA? Que estratégias deverá o arquipélago adotar no que concerne à sua política externa?

A incerteza e a imprevisibilidade que caracterizam a atual conjuntura internacional exigem de países como Cabo Verde a adoção de uma postura baseada no pragmatismo da sua política externa (Graça, 2014; Madeira, 2016b). Neste âmbito, pode-se destacar a relação histórica com os EUA que constitui uma importante âncora pela experiência de mais de dois séculos que unem estes dois povos. Espera-se que ambos adotem uma postura e uma ação mais comprometida e articulada em princípios e valores com vista a fazer face aos desafios que são comuns em matéria de segurança e defesa, comércio, política de ajuda ao desenvolvimento, democracia e direitos humanos e que apelam para uma cooperação cada vez mais estreita.

Cabo Verde, como outros pequenos Estados insulares, vê na política externa um recurso para o seu desenvolvimento e uma oportunidade de participar e de ser útil à comunidade internacional. A atual crise financeira tem vindo a afetar de forma particular parceiros como a União Europeia e os Estados Unidos. A situação agrava-se quando o país se encontra perante outros constrangimentos estruturais, como é o caso da redução substancial da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da perda de algumas subvenções internacionais, estando o país o arquipélago ainda dependente de linhas de crédito/empréstimos concessionais. Esta situação acentou-se, sobretudo, a partir de janeiro de 2008 quando o Cabo Verde transita para a categoria de País de Rendimento Médio. Todos estes desafios têm incitado os dirigentes políticos a repensar a política externa, na tentativa de criar novos modelos que apontem para a autossustentabilidade do país, embora a diplomacia cabo-verdiana tenha dado sinais da capacidade de interpretação e de respostas aos problemas que, ao longo do tempo, se consubstanciam na promoção de diversas parcerias estratégicas para o desenvolvimento do arquipélago (Costa e Pinto, 2014).

Cabo Verde-Estados Unidos: uma relação histórica com dois séculos de existência

Descoberto entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, Cabo Verde serviu durante séculos como um importante entreposto na navegação e no tráfico negreiro e o continente americano se destacou como um dos principais destinos (Caldeira, 2013). A relação entre estes dois povos configura-se naquilo que Thornton (2012) designa por uma história tão antiga, aquando da formação do *Mundo Atlântico*.

Com a independência a 4 de julho de 1776 e o processo de industrialização a partir de 1865, os EUA foram-se afirmando progressivamente, tornando-se a nível militar, económico e tecnológico a principal superpotência do pós-segunda Guerra Mundial. A



estratégia foi a de desenvolver formas de relacionamento com praticamente todos os países do mundo. As relações de amizade entre Cabo Verde e os EUA remontam há mais de dois séculos, ao ponto de, em dezembro de 1818, ter sido instalado na Cidade da Praia, o primeiro Consulado norte-americano em toda a África Subsaariana. Samuel Hodges, comerciante e originário de Massachusetts, apresentou perante o Governador António Pusich como o primeiro Cônsul americano em Cabo Verde. A instalação deste Consulado resulta de um importante elemento do ponto de vista histórico e diplomático¹ (Tolentino, 2019). Este período marca indubitavelmente os primeiros passos nas relações entre estes dois povos nas suas mais variadas formas, enquanto Colónia até 1951 e, posteriormente, como Província Ultramarina² até à proclamação da independência em 1975.

No que se refere à construção do Estado-Nação, Cabo Verde é, no contexto africano, um caso particular e, por esse motivo, merece especial atenção. Os fortes laços entre Cabo Verde e os EUA são, na verdade, muito antigos. A abertura do Consulado teve lugar aproximadamente cento e cinquenta e sete anos antes da independência de Cabo Verde. Apesar destas relações passarem por Portugal até 1975, a partir dessa data realizaram-se entre Estados soberanos e independentes. Esta discussão reforça a ideia de que a Nação em Cabo Verde precede em séculos a criação do Estado independente, o que a diferencia da maioria dos países africanos, onde o Estado é que tem vindo a promover a formação da Nação (Madeira, 2016a). A construção da Nação cabo-verdiana assenta num movimento histórico de longa duração que teve início com o povoamento no século XV, correspondendo à estruturação progressiva da formação social engendrada nas ilhas, com a sua singularidade e correlativos padrões socioculturais (Madeira, 2018).

Por exemplo, entre 1900 e 1920, os EUA receberam emigrantes do arquipélago, em maior número das ilhas do Fogo e da Brava, que se aventuravam nos navios que se dedicavam à captura de cetáceos nos mares de Cabo Verde (Carreira, 1982). Os emigrantes conseguiram, ainda que estivessem indocumentados, entrar em território americano, fugindo da miséria e das deficientes condições de vida que assolavam as ilhas, sobretudo da decorrente crise de subsistência derivada da prolongada estiagem entre 1890 e 1903 que culminou com as fomes de 1903 e 1904 (Carreira, 1977).

Não obstante as relações de aproximação de mais de dois séculos, a formalização da cooperação só foi possível a partir de julho de 1975, altura em que os EUA reconheceram Cabo Verde como Estado independente. Em 1977, dois anos após a

¹ As atividades comemorativas dos duzentos anos das relações diplomáticas entre Cabo Verde e os EUA tiveram lugar em dezembro de 2018. Esta efeméride é justamente reforçada pelo facto de ter sido estabelecido em 1818 o primeiro Consulado americano na África subsaariana. No século XIX, o óleo de baleia era usado para iluminação e muitos navios baleeiros partiram de Nova Inglaterra para os mares de Cabo Verde, uma vez que constituía um local privilegiado para a captura, transbordo, transformação, desembarque e comércio dessa importante substância extraída da gordura das baleias pescadas. Os cabo-verdianos participaram na indústria pesqueira na região de Nova Inglaterra e nas turfeiras de Cranberry. Em 1843, os EUA estabeleceram em Cabo Verde o *Esquadrão Africano* com o propósito de capturar navios que comercializavam escravos (Canney, 2006). Outro dado histórico igualmente importante refere-se à participação dos cabo-verdianos na Guerra de Independência dos Estados Unidos entre 1775 e 1783 (U.S. Embassy in Cabo Verde, 2018; 2019).

² Ver a este respeito, Pimenta (2014: 252): "A Revisão de 1951 incorporou o Acto Colonial na Constituição Portuguesa, com o título "Do Ultramar Português", enquanto a Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar. Foi uma transformação sobretudo estética, ou seja, de terminologia: as expressões "Império Colonial Português" e "Colónias" foram substituídas por "Ultramar Português" e "Províncias Ultramarinas Portuguesas".



independência, Cabo Verde abre o seu primeiro Consulado em Boston com o objetivo de estreitar relações de cooperação e de apoiar a sua diáspora radicada nos EUA (Amado, 2014).

Apesar de, atualmente, se tratar de dois países com pesos substancialmente diferentes no sistema internacional, os EUA e Cabo Verde têm-se empenhado numa relação de cooperação que assume como aspeto central o crescimento económico e a cooperação em termos de segurança. Ao longo de quatro décadas, foram firmados vários acordos considerados estratégicos, entre os quais se destacam: o *Millennium ChallengeAccount*(MCA), o *AfricanCrowthandOpportunityAct* (AGOA) e o *Status of Forces Agreement* (SOFA).

Quadro 1 - Principais Marcos das relações bilaterais Cabo Verde-EUA

Período	Principais acontecimentos
Século XVIII	Navios norte-americanos capturam cetáceos nos mares de Cabo Verde.
1818	Abertura na cidade da Praia do primeiro Consulado norte-americano na África Subariana.
A partir de 1900	Os cabo-verdianos emigram para os EUA nos navios que se dedicavam à pesca da baleia.
1975	Os EUA reconhecem a independência de Cabo Verde.
1977	Abertura do primeiro Consulado de Cabo Verde em Boston.
1983	Abertura oficial da Embaixada dos EUA em Cabo Verde.
2004	Cabo Verde beneficia do programa <i>Millennium ChallengeAccount</i> (MCA).
2005	Cabo Verde assina o 1º Compacto do MCA que vigorou até 2010.
2007	Cabo Verde beneficia do <i>African Growth and Opportunity Act</i> (AGOA).
2008	Cabo Verde passa a cooperar com o Comando dos EUA para a África (AFRICOM).
2009	Hillary Clinton, 67.ª Secretária de Estado dos Estados Unidos visita Cabo Verde.
2010	Instalação do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR) em Cabo Verde com financiamento dos EUA.
	Embaixador J. Anthony Holmes, Comandante Adjunto do AFRICOM visita Cabo Verde
2012	O arquipélago assina o IIº Compacto do MCA que vigorou até 2017.
2015	Grupo de senadores norte-americanos visita Cabo Verde.
2016	Cabo Verde acolhe o exercício militar norte-americano <i>EpicGuardian</i> .
2017	Cabo Verde assina o acordo <i>Status of Forces Agreements</i> (SOFA) com os EUA.
	O Presidente da República de Cabo Verde ratifica o SOFA.
2018	Embaixador AlexanderLaskaris, Comandante Adjunto do AFRICOM visita Cabo Verde.
	Cabo Verde interessado em acolher sede do Comando Militar Norte-Americano para África.
	Cabo Verde acolhe o Simpósio <i>África Endeavor</i> organizado pelo AFRICOM.
	Início das celebrações do bicentenário das relações de amizade entre Cabo Verde e os EUA.
2019	Almirante James G. Foggo III, Comandante da Força Aliada Conjunta do Comando de Nápoles, da Força Naval dos Estados Unidos na Europa e África, visita Cabo Verde.
	Governo autoriza BCV a emitir moeda alusiva aos 200 anos de amizade EUA-Cabo Verde.
	A Universidade de Cabo Verde, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde promove a realização de eventos em homenagem aos 200 anos das relações entre Cabo Verde e os EUA.
2020	Os Estados Unidos concedem mais de 1,5 milhões de dólares para ajudar Cabo Verde na capacidade de resposta à COVID-19.
	Mike Pompeo, 70º Secretário de Estado dos Estados Unidos, no âmbito do 45º aniversário da independência de Cabo Verde, elogia o relacionamento entre os EUA e Cabo Verde de mais de 200 anos e refere que os EUA pretendem apoiar Cabo Verde nos "esforços de desenvolvimento" e de segurança marítima.



2021	<p>EUA disponibiliza 1 milhão de dólares a Cabo Verde para reforçar a Justiça Criminal a combater o crime organizado.</p> <p>A 30 de março, os Governos de Cabo Verde e dos EUA realizaram o seu Terceiro Diálogo de Parceria bilateral que contou com a participação de representantes governamentais de ambos os países, tendo sido promovido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e da Defesa de Cabo Verde, Rui Figueiredo Soares e pelo Secretário de Estado Adjunto, em exercício, dos Estados Unidos da América, Robert F. Godec.</p> <p>A 23 de abril, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e da Defesa de Cabo Verde, Rui Figueiredo Soares, recebeu a equipa do AFRICOM/Departamento da Defesa dos EUA que apoiou o governo cabo-verdiano na entrega do primeiro carregamento das vacinas contra a Covid-19 para as ilhas do Fogo, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista e Maio.</p> <p>A 4 de Julho, foi lançada a primeira pedra para a construção da nova Embaixada dos EUA de 4,5 hectares de terreno adjacente ao Palácio do Governo na Praia e que representa um investimento de mais de 400 milhões de dólares por parte do governo dos EUA na relação bilateral.</p>
------	--

Fonte: elaborado pelo autor com base em Tolentino (2019), U.S. Department of State (2019), Embaixada dos EUA em Cabo Verde e na análise dos dados recolhidos na página web da Inforpress desde 2018.

Millennium ChallengeAccount e o impacto no desenvolvimento de Cabo Verde

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido graças à boa gestão da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e de outros apoios internacionais. Estes esforços são reconhecidos por vários países e organizações internacionais, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento dos princípios da democracia, boa governação, transparência e respeito pelo primado do direito. Estes e outros motivos estão na base da atribuição a Cabo Verde de dois compactos do programa MCA que se destacaram como um dos principais instrumentos de cooperação entre o arquipélago e os EUA.

O MCA caracteriza-se por um ambicioso programa governamental norte-americano administrado pelo Millennium ChallengeCorporation (MCC) através de uma agência de assistência externa criada em 2004 pelo Congresso dos EUA. Este programa visa essencialmente recompensar os países que demonstrem estar comprometidos com a boa governação, liberdade económica e de investimento nos seus cidadãos (Mawdsley, 2007). Para os EUA, as políticas económicas e sociais e a governança democrática garantem o crescimento económico das populações mais vulneráveis. Este programa estimula os países a investirem em infraestruturas (estradas e portos), energia, agricultura, titulação de terras e direitos de propriedade, água e saneamento, saúde e educação (Resende-Santos, 2020: 109) e na promoção de uma agenda económica e de liberalização comercial (Soederberg, 2004; Brainard, Graham e Purvis, 2003).

Cabo Verde candidatou-se em 2004 ao MCA, integrando uma lista de 75 países em desenvolvimento, obtendo o primeiro lugar entre o grupo de países africanos e o segundo no ranking global. Neste âmbito, o arquipélago assinou o Iº Compacto a 4 de julho de 2005 que vigorou por um período de cinco anos. O programa foi financiado no montante global de aproximadamente 110 milhões de dólares.

O Iº Compacto teve como principal objetivo melhorar as infraestruturas. Entre os vários financiamentos, destacam-se a expansão e modernização do Porto da Praia e a construção e melhoria de estradas e pontes. Ademais, investiu-se no setor agrícola, nomeadamente no domínio da captação e aproveitamento da água e produção agrícola



nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Fogo, bem como no sector público e privado, permitindo assim impulsionar a reforma do sistema de intermediação financeira e do aumento da concorrência no acesso a títulos do tesouro.

Estes investimentos visavam essencialmente apoiar Cabo Verde na transformação económica, tornando-o menos dependente das remessas e ajudas internacionais (Cardoso, 2014). O investimento no sector agrícola permitiu melhorar a gestão dos recursos hídricos e conservação dos solos e do desenvolvimento agroindustrial, bem como o acesso ao crédito.

Quadro 2 - Principais projetos desenvolvidos no âmbito do Iº Compacto do MCA

Projetos desenvolvidos	Resultados
Gestão das bacias hidrográficas e apoio à produção agrícola	Vinte e oito reservatórios de água; vinte e seis diques de captação; vinte e sete diques de correção torrencial; quarenta e três pequenas represas; três furos de água; vinte e sete sistemas de distribuição de água; três centros de extensão rurais; um centro pós colheita; quinhentos e quarenta e nove agricultores beneficiários pelos sistemas de rega gota-a-gota e instalação de cinquenta e sete campos de demonstração.
Construção e reabilitação de infraestruturas rodoviárias e portuárias	39,3 km de estradas reabilitadas; 4 pontes rodoviárias construídas; expansão e modernização do Porto da Praia.
Crédito ao micro, pequenas e médias empresas	Criação de uma central privada de informações de crédito.
Apoio ao sistema de governação eletrónica	Aposta no <i>e-Government</i> ; melhoria na transferência, gestão financeira e responsabilização da administração pública; criação de um classificador orçamental e aprovação de um código de mercado público.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Cardoso (2014).

O IIº Compacto foi assinado a 10 de fevereiro 2012 e esteve em vigor de 30 de novembro de 2012 a 30 de novembro de 2017 e teve como principal objetivo promover o crescimento económico e a redução da pobreza em Cabo Verde. O Compacto centrou-se essencialmente na reforma de dois sectores estratégicos, a saber: o sector da água, saneamento e higiene e o sector da gestão de propriedades ou cadastro predial. Este pacote foi financiado no valor de 66.2 milhões de dólares que foram investidos em projetos, nomeadamente: Água, Saneamento e Higiene (WASH), Gestão da Propriedade para Promoção do Investimento (LAND) e, igualmente, num programa de Seguimento e Avaliação (M&E).

O projeto WASH foi concebido com o objetivo de apoiar a reestruturação do Sector de Água e Saneamento e procurou reestabelecer, através de uma profunda reforma, uma base institucional financeiramente sólida que prestasse serviços às famílias e às empresas cabo-verdianas. No âmbito deste projeto foram criadas as seguintes instituições, programas e planos: a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), o Conselho Nacional de Água e Saneamento (CNAS), o Plano de Integração Social e Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde, a Empresa Intermunicipal Águas de Santiago (AdS), o Fundo de Água e Saneamento (FASA) que integra o Fundo de Acesso Social (FAS). Este último proporcionou o acesso das populações mais vulneráveis das comunidades urbanas e rurais aos serviços de água e de saneamento que se afiguram como uma resposta no combate à pobreza. A LAND



carateriza-se por um projeto que procura reduzir o tempo e os custos associados ao registo de propriedades, prestando assim uma maior segurança jurídica às transações imobiliárias, assim como a promoção do investimento e produtividade da terra. No âmbito deste projeto, criaram-se as bases institucionais, processuais e legais que permitiram garantir maior segurança jurídica no acesso, gestão e transação de propriedades (Revista Balanço MCA, 2017).

Quadro 3 - Principais Projetos Desenvolvidos no âmbito do IIº Compacto do MCA

Projetos desenvolvidos	Resultados
Água, Saneamento e Higiene (WASH)	Reestruturação do setor de água e saneamento; criação da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), do Conselho Nacional de Água e Saneamento (CNAS), do Plano de Integração Social e Género, da Empresa Intermunicipal Águas de Santiago (AdS) e do Fundo de Água e Saneamento (FASA) que integra o Fundo de Acesso Social (FAS).
Propriedade para Promoção do Investimento (LAND)	Instalação do Sistema de Informação Predial; criação do Instituto Nacional da Gestão do Território (INGT); aprovação do Regime Jurídico Especial para a Execução do Cadastro Predial; Publicação do Regulamento do Regime Jurídico do Cadastro Predial; Oficialização do Manual de Operações.
Programa de Seguimento e Avaliação (M&E)	Discussão e definição das questões pertinentes no sentido de avaliar os impactos setoriais dos projetos de Água e Saneamento e Gestão de Propriedade para Promoção do Investimento

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis em Revista Balanço MCA (2017). IIº Compacto do *Millennium ChallengeAccount* Cabo Verde.

Cabo Verde foi o primeiro país a ser selecionado pelo Conselho de Administração do MCC, para o IIº Compacto e também o primeiro a candidatar a um IIIº Compacto, mas sem sucesso, uma vez que não foi selecionado. Cabe aqui salientar que estes Compactos permitiram o desenvolvimento em diversas áreas: infraestruturas, agricultura, saneamento, higiene, mobilização de recursos hídricos e gestão de propriedades. Estes Compactos contribuíram para a transformação do país, em especial, na sua modernização e no seu progresso social e económico (Tolentino, 2019).

AGOA: oportunidades e benefícios para Cabo Verde

Como forma de melhorar as condições dos países que fazem parte da região subsariana, o Congresso norte-americano promulgou em maio de 2000 o programa *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), cuja tradução literal é "Lei de Crescimento e Oportunidades para a África". Trata-se de um acordo comercial que incentiva a exportação de produtos dos países da África Subsariana para os mercados norte-americanos. O AGOA, como parte integrante da Lei do Comércio Exterior e Desenvolvimento dos EUA, permite a entrada de mais de seis mil variedades de produtos e facilita o acesso destes países ao crédito. Presta igualmente assistência e formação técnica (Páez; Karingi; Kimenyi, 2010).

O AGOA permite que mais de quarenta e cinco países da África Subsariana exportem para o mercado norte-americano com isenção de direitos aduaneiros e sem quotas. Desde a entrada em vigor, este acordo tem servido como um importante instrumento



na relação entre os EUA e África, proporcionando oportunidades económicas, facilitando a integração regional e o ambiente de negócios (Shapouria; Trueblood, 2003). A criação de um ambiente favorável para o investimento do setor privado tem constituído uma prioridade, tornando as empresas africanas mais competitivas. Com a implementação deste programa, as exportações aumentaram em mais de 300%, permitindo assim a criação de cerca de trezentos e cinquenta mil postos de trabalho diretos e centenas de milhares indiretos (Montezinho, 2015).

No âmbito desta lei, as exportações dos EUA para a África Subsariana triplicaram. Os EUA têm interesse em reforçar a sua influência e estreitar as relações com parceiros africanos. Os países da África Subsaariana são submetidos anualmente a uma revisão dos seus estatutos. São igualmente avaliados diversos critérios entre os quais: boa governação, economia de mercado, eliminação de barreiras comerciais e promoção de investimentos norte-americanos, desenvolvimento de mecanismos de combate à corrupção e proteção de leis relacionadas com o trabalho. A partir destes parâmetros, determinam-se quais os países que poderão ser elegíveis para participar no referido programa.

Além desta avaliação anual, os produtos para entrarem no mercado norte-americano, devem cumprir alguns requisitos quanto à origem, a saber: devem ser originários de um ou mais países beneficiários do programa AGOA, serem importados diretamente de um país beneficiário para o território dos EUA e serem 100% cultivados, produzidos ou fabricados em um ou mais países beneficiários.

A graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio teve lugar em 2007, tendo o país beneficiado deste programa com possibilidade de acesso a um conjunto de alternativas de financiamento. Não obstante o reconhecimento de que o programa AGOA representa um importante passo para as aspirações de um país insular e arquipelágico, muito se tem discutido sobre o seu aproveitamento. Os relatórios apontam que as exportações de produtos cabo-verdianos para o mercado norte-americano têm ficado muito aquém do esperado. Aliás no seio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), apenas a Gâmbia e a Guiné-Bissau obtiveram menores resultados que Cabo Verde (Montezinho, 2015).

Os economistas, decisores políticos e as associações de empresas têm procurado perceber as razões que justificam os fracos resultados obtidos, tendo sido apontadas algumas estratégias a serem adotadas para melhorar o cenário de exportação no âmbito do referido programa. O Presidente da Câmara do Comércio do Sotavento, Jorge Spencer Lima, defende que entre as principais barreiras para as empresas cabo-verdianas destacam-se as dificuldades em matéria de custos e burocracia, bem como as barreiras linguísticas. Na visão de Spencer Lima, tudo acontece na língua inglesa que, em muitos casos, os empresários cabo-verdianos não entendem, nem dominam. Já o economista João Alvarenga defende que o principal problema se prende com a mão-de-obra cabo-verdiana, pelo facto de não estar minimamente preparada para os critérios de qualidade requeridos pelo programa, acrescentando que o país, historicamente, apresenta uma balança comercial deficitária. Isto ocorre porque importa mais do que exporta. O AGOA seria uma oportunidade para inverter esse cenário, pelo menos com os EUA (Montezinho, 28 junho 2015).

A ex-Ministra do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, Leonesa Fortes, considera que Cabo Verde apresenta um número reduzido de empresas que



produzem para exportação. Defende igualmente que é necessário um maior reforço do tecido industrial por forma a aproveitar o AGOA. O primeiro passo para reverter tal cenário foi a de criar instituições especializadas nestes domínios, nomeadamente o Instituto de Gestão da Qualidade (IGQ), criado pela Resolução nº 41/2010 de 2 de agosto. Além disso, o Estado deve continuar a trabalhar no desenvolvimento de políticas industriais e comerciais para que as empresas cabo-verdianas se organizem e adquiram uma maior capacidade de produção (Expresso das Ilhas, 12 setembro 2015).

Para o atual Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro, volvidos dezoito anos após a promulgação do AGOA, Cabo Verde não tem sabido aproveitar esta janela de oportunidades. O arquipélago está ainda a dar os seus primeiros passos no sentido de criar um ambiente para produzir e exportar bens e serviços mais competitivos. Ana Lima Barber, Presidente da Cabo Verde TradeInvest entre 2016 e 2020, sustenta que o país tem produtos que poderiam ser exportados no âmbito do AGOA, mas é preciso ainda qualificá-los, por forma a desbloquear obstáculos ao nível da logística (Santiago Magazine, 21 fevereiro de 2018). Também Donald Heflin, Embaixador dos EUA em Cabo Verde entre 2015 e 2018, chama a atenção para o seguinte: Cabo Verde deveria aproveitar mais e, desse modo, explorar o mercado norte-americano, uma vez que poderia exportar 7% dos seus bens mas que, infelizmente, nada tem feito nesse sentido, uma vez que o país encontra-se muito dependente da economia europeia (Inforpress, 2018). Já o Embaixador dos EUA em Cabo Verde desde setembro de 2019, John Jefferson Daigle, refere que as empresas e os empresários norte-americanos não conhecem muito a respeito das oportunidades de investimento em Cabo Verde. Acredita que é possível colocar Cabo Verde no mapa dos investimentos norte-americanos e destaca a importância de iniciativas como o Cabo Verde Investment Forum (CVIF) que teve lugar em Boston entre 30 de setembro e 01 de outubro de 2019. Este tipo de encontros constitui uma oportunidade para atrair e congregar interesses empresariais de alto nível e uma oportunidade para o estabelecimento de parcerias comerciais.

O Embaixador aponta para o interesse do governo cabo-verdiano em levar a cabo o projeto de implementação do Cabo Submarino Amílcar Cabral que liga Cabo Verde, Guiné-Bissau, Libéria, Guiné-Conacri e Serra Leoa com possibilidade de ligar também a Gâmbia e o Senegal. Trata-se de uma iniciativa ambiciosa no âmbito do projeto de criação de um hub de conectividade em Cabo Verde para o desenvolvimento das telecomunicações de banda larga nos países da região. O Embaixador dos EUA em Cabo Verde deixa claro que pretende juntar à mesma mesa, o governo de Cabo Verde, os técnicos, a Embaixada dos EUA e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos no sentido de abordar essa possibilidade (Montezinho, 2020).

Tendo em conta as oportunidades que o AGOA oferece, Cabo Verde tem trabalho no sentido de capacitar o seu tecido empresarial, criando condições para atrair investimentos e melhorar o ambiente de negócios. Os fóruns do AGOA são anualmente promovidos e devem ser aproveitados pelo país para debater e encontrar as melhores alternativas, sobretudo no que se refere à redução de barreiras ao comércio.

Os Centros de Recursos do AGOA (CRA's), criados pelo TradeHub da África Ocidental (WATH) em todos os países da região beneficiários do AGOA, incluindo Cabo Verde, têm procurado aconselhar as empresas para que criem condições ao nível da maximização das oportunidades de investimento previstas nas disposições do AGOA,



facilitando assim as ligações entre as empresas da região da África Subariana. O CRA´s e os centros de informação sobre o AGOA estão sob a responsabilidade da Cabo Verde TradeInvest.

Cabo Verde e o AFRICOM

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a política externa norte-americana assumiu uma outra dimensão, especialmente no que se refere à segurança internacional. Como forma de salvaguardar os seus interesses, as forças militares norte-americanas passaram a intervir com maior regularidade, principalmente nos espaços regionais onde se registam ameaças (Bernardino, 2008), entre as quais a proliferação de redes de imigração ilegal, narcotráfico e terrorismo.

Decorrente da crescente importância geopolítica e geoeconómica que o continente africano tem vindo a despertar, os EUA instituíram, no âmbito do AfricanMaritimeLawEnforcementPartnership (AMLEP), um Comando específico para a África, designado de AFRICOM com sede em Estugarda, Alemanha. O AFRICOM, à semelhança de outros Comandos, nomeadamente EUCOM, CENTCOM, SOUTHCOM, NORTHCOM, PACOM, trabalham no combate ao terrorismo, tráfico de droga e pirataria marítima (StrategicCulture Foundation, 30 agosto de 2018). Além disso, o Comando é responsável pelas operações, exercícios, capacitação de quadros militares e cooperação securitária com os países africanos. A criação do AFRICOM em 2008 é considerada por Munson (2010) como um dos momentos mais importantes na relação entre os EUA e o continente Africano.

O Comando Militar Norte-Americano para África instalou mais de cinquenta redes e pequenas bases de preparação militar ou estações, com objetivo de executar operações avançadas de segurança e de contingência. Este Comando possui uma base permanente de apoio na República do Djibouti e tem sob a sua jurisdição todas as nações africanas com a exceção do Egito que se encontra sob a jurisdição do CENTCOM. O Comando procura contribuir para a melhoria do desenvolvimento sustentável e dos níveis de segurança no continente (StrategicCulture Foundation, 30 agosto de 2018). O AFRICOM procura, em colaboração com outras agências governamentais americanas e parceiros internacionais, levar a cabo ações permanentes de segurança militar, através de programas específicos que visam promover um ambiente estável e seguro em África. O Comando cria as condições e contribui para o AfricanOwnership de modo a garantir que os países africanos criem condições para a resolução dos seus próprios problemas de segurança (Breschinski, 2007: 50). Cabo Verde, por possuir uma vasta área marítima é, na perspetiva do ex-Comandante-adjunto do AFRICOM, Alexander M. Laskaris, um parceiro de qualidade na materialização dos objetivos do Comando (Lusa, 04 de maio de 2018). O arquipélago, bem como outros países da África Ocidental têm potencial para produzir benefícios de grande alcance em termos de patrulhamento e vigilância da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), além de desenvolver programas de treinamento profissional e prático ao nível da segurança. A aposta tem sido a promoção de condições técnicas e materiais para a Guarda Costeira.

Foi no âmbito do AFRICOM que os EUA financiaram em junho de 2010 a instalação do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR) com sede na cidade da Praia,



Ilha de Santiago. Já a Guarda Costeira e a Esquadilha Naval encontram-se sediadas no Mindelo, Ilha de São Vicente.

O COSMAR tem trabalhado na planificação de operações conjuntas no quadro de acordos de fiscalização marítima com outros países com o objetivo de combater os fenómenos, não apenas sobre narcotráfico, mas igualmente sobre tráfico humano, terrorismo, pirataria e outros atos análogos. Os trabalhos de fiscalização e atuação são desencadeados em articulação direta com várias entidades nacionais que tenham responsabilidades na matéria (Madeira, 2019b: 164).

Cabo Verde tem sabido tirar proveito das assistências do AFRICOM (Garcia, 2017: 104), investindo na planificação de operações conjuntas com especial destaque para a fiscalização marítima e prevenção de tráficos ilícitos (e-Global, 2018). O investimento na segurança enquadra-se na capacidade do país em atrair investimentos externos através de uma estratégia de marketing de boa governação (Baker, 2009) a favor do bem-estar, da democracia, dos direitos humanos e da transparência. Este ponto reforça a ideia de que, desde a independência, alguns elementos da política externa cabo-verdiana têm acompanhado os sucessivos governos, a saber: [1] a posição geoestratégica privilegiada no Atlântico Médio; [2] a estabilidade política e a boa governação; [3] a perspectiva de segurança territorial e o não-alinhamento em blocos ideológicos, porém, mantendo relações político-diplomáticas com vários Estados; [4] a cultura da paz social com reflexo na política interna e externa; [5] a aposta numa diplomacia de modéstia e proximidade que se alicerça nos princípios da paz com o objectivo de resolver ou contornar constrangimentos socioeconómicos (Madeira, 2016b).

O arquipélago tem igualmente participado em exercícios militares conjuntos que demonstram o compromisso e o interesse do país em estreitar relações com os Estados Unidos. Podem citar-se, por exemplo, os exercícios Saharan Express, Flintlock e Obangame Express realizados na região da África Ocidental. Em 2016 realizou-se na Ilha do Sal, Cabo Verde, o exercício militar norte-americano EpicGuardian. Foi pela primeira vez que Cabo Verde recebeu um exercício desta magnitude, cujo objetivo foi o de estreitar a cooperação entre as duas forças armadas no combate às ameaças transnacionais.

A Ilha do Sal foi ainda palco entre 30 de julho a 3 de agosto de 2018 no âmbito do 13º Simpósio Africa Endeavor que contou com a participação de mais de trinta países africanos. O evento serviu para melhorar a comunicação entre as nações africanas e as capacidades do Comando, procurando encorajar as forças da União Africana (UA) e a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) com o propósito de se envolverem em missões de assistência humanitária, desastres naturais, resolução de conflitos e manutenção da paz. O evento constituiu uma oportunidade para que as delegações dos países presentes, das instituições internacionais, regionais e sub-regionais se debruçassem sobre os principais desafios cibernéticos no continente africano e, desse modo, encontrarem soluções viáveis para assegurar o acesso às tecnologias de informação (Governo de Cabo Verde, 30 de julho de 2018).

O interesse dos EUA tem sido o de aprofundar a sua relação com Cabo Verde, uma vez que o arquipélago se encontra estrategicamente localizado no Oceano Atlântico e que pode servir como um importante parceiro ao nível da segurança regional. Os EUA



procuram encorajar Cabo Verde a combater as ameaças e a continuar a investir em instituições democráticas por forma a promover o desenvolvimento socioeconómico.

SOFA: acordo estratégico entre Cabo Verde e EUA

Com objetivo de por cobro aos problemas que constituem uma ameaça à segurança e à paz internacional, os EUA negociaram com vários países acordos estratégicos no sentido de fornecer uma base legal para o reforço da defesa e segurança dos Estados signatários e que permitem a operacionalização das forças armadas dos EUA nos seus territórios por um determinado período, bem como o uso das suas instalações militares para reabastecimento, trânsito, vigilância, entre outras funções. Foram assinados, ademais, vários acordos de cooperação, dentre os quais se destacam o ForeignForwardOperating Sites (FOSs) e o CooperativeSecurityLocalization (CSLs), suportados pelo Status of Forces Agreements (SOFA).

O SOFA enquadra-se nos Acordos Bilaterais de Imunidade (BIAS) com base no que dispõe o art.º 98 (2) do Estatuto de Roma de 1998 de não entrega de cidadãos norte-americanos para o Tribunal Penal Internacional (TPI), os quais estão em conformidade com a Lei de Proteção aos Membros dos Serviços Norte-Americanos (ASPA) aprovada pelo Congresso em 2001. A ASPA prevê cortes na assistência militar aos Estados membros do TPI que não assinem acordos bilaterais de não entrega de cidadãos norte-americanos para o TPI com o governo dos Estados Unidos. Na prática, isto significa que todos os beneficiários da assistência militar dos EUA que sejam signatários do Estatuto de Roma são obrigados a assinar um documento conferindo imunidade aos cidadãos norte-americanos presentes no seu território, impedindo que sejam processados e julgados pelo TPI. Neste contexto, importa aqui referir que, desde inícios dos anos 2000, foram firmados acordos deste género em mais de cem países (Resende-Santos, 2020).

A boa relação entre Cabo Verde e EUA refletiu na assinatura, em setembro de 2017, do SOFA que abriu espaço para o reforço da cooperação militar entre ambos, criando condições legais no sentido de permitir a presença de forças norte-americanas no arquipélago. O acordo, que tem vindo a ser negociado desde 2008, define os termos da cooperação militar entre Cabo Verde e os EUA, dando especial ênfase ao estatuto dos soldados norte-americanos em território cabo-verdiano. Washington e Praia deixam claro a necessidade de, após a assinatura do acordo, vir a trabalhar em conjunto no domínio da Segurança e Estabilidade, sobretudo no que concerne à segurança marítima (Tolentino, 2019).

Não obstante o debate em torno das vantagens e desvantagens do SOFA para Cabo Verde, o mesmo, ratificado em 2018 pelo Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, poderá servir como um importante instrumento para estreitar a cooperação com os EUA, considerando que a segurança deve ser vista como um importante pilar de desenvolvimento de qualquer Estado. Com a assinatura do SOFA, o Governo cabo-verdiano reconheceu que era necessário reforçar uma estrutura legal de gestão e monitorização da cooperação, podendo constituir-se como um importante instrumento de apoio à segurança e desenvolvimento do país.

A proliferação de ameaças transnacionais coloca em alerta os Estados africanos, inclusive Cabo Verde que, pela sua localização estratégica no Atlântico, tem vindo a ser



alvo preferencial de organizações criminosas transnacionais (OCT). Sendo assim, o país tem a missão e a obrigação de garantir a defesa e segurança nacional, o que só será possível se o arquipélago continuar a investir na melhoria da sua relação com os parceiros internacionais (Madeira; Monteiro, 2017).

O presente artigo não procura discutir as vantagens e desvantagens do SOFA, nem tão pouco a constitucionalidade ou não das cláusulas contidas no presente diploma, mas sim entender o seu alcance, na medida em que Cabo Verde não consegue ainda por si só garantir a segurança e defesa do seu território. Parte-se do seguinte pressuposto: a defesa e a segurança passaram a assumir um carácter transnacional e exigem dos Estados, independentemente da sua dimensão, formas de cooperação no domínio militar, económico, tecnológico através do estabelecimento de parcerias consideradas relevantes.

Investir nas políticas de defesa e segurança constitui uma condição deveras significativa para o desenvolvimento de países como Cabo Verde, o que só será possível se o país consciencializar da importância de estabelecer acordos estratégicos. Estes instrumentos permitem criar condições ao nível da segurança, essencialmente no espaço marítimo, melhorando desta forma a capacidade da Guarda Costeira, o patrulhamento das águas territoriais e das missões humanitárias. Cabo Verde tem vindo a enveredar esforços para melhorar as suas relações político-diplomáticas com os Estados Unidos, demonstrando, concomitantemente, o compromisso com os países do hemisfério sul. Cabo Verde, um pequeno Estado e os EUA, uma superpotência, têm vindo a estabelecer uma relação magnífica, longínqua, estável e de confiança (Tolentino, 2019).

Neste contexto, importa referir que o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) estabelece os aspetos fundamentais da estratégia global adotada pelo Estado cabo-verdiano na consecução dos objetivos da política de segurança e defesa. O CEDSN procura traçar as orientações sectoriais em matéria de segurança e defesa, instruir para uma maior eficácia e eficiência na sua aplicação, articular e harmonizar políticas sectoriais das atividades com interesse para a segurança e defesa, otimizar o resultado e as repercussões da aplicação dos valores e objetivos da segurança e defesa na política externa e na política interna e no provimento da segurança dos cidadãos e do património público e privado. Neste âmbito, o CEDSN refere que o triângulo estratégico cabo-verdiano só se completa com o lado americano, onde se encontram países como o Brasil, a sul, e os Estados Unidos da América, a norte, que fazem parte da rota da emigração cabo-verdiana. Os Estados Unidos da América são, de facto, um parceiro do desenvolvimento de Cabo Verde com o qual o país deve incrementar, ainda mais, relações no âmbito da segurança e defesa (CEDSN, 2011: 9).

Conclusão

É amplamente reconhecida a importância que Cabo Verde atribui à sua política externa, colocando no centro as opções que são consideradas estratégicas e que contribuem para o desenvolvimento e garantia da segurança nacional.

Desde a independência em 1975, o arquipélago tem demonstrado um compromisso para com a promoção da paz social, elegendo-a como opção estratégica para o seu



desenvolvimento. O empenho por esta causa tem revertido, ao longo das décadas, na melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos, ultrapassando algumas das limitações que um pequeno Estado e insular, vulnerável e, na maioria dos casos, dependente de ajudas externas se depara. O percurso do país é o resultado de um esforço único e tem permitido a criação de uma imagem de Estado estável que, apesar dos escassos recursos, soube gerir a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, contando com apoios de Estados terceiros ou de organismos internacionais. Este percurso tem despertado especial interesse por parte de parceiros como os EUA que passaram a apoiar o país nomeadamente ao nível da segurança, da política de ajuda ao desenvolvimento, luta contra a pobreza e promoção da democracia e dos direitos humanos.

A inserção de Cabo Verde no contexto internacional não constitui apenas uma estratégia, mas, acima de tudo, uma necessidade incontornável pela possibilidade de maximizar os seus efeitos na atual conjuntura. Os desafios para Cabo Verde no atual contexto internacional passam por orientar-se para ações que permitam uma inserção internacional segura, ciente de que assim poderá continuar a estabelecer parcerias e acordos com os países da sub-região (Madeira, 2015), assim como melhorar as parcerias já existentes, neste caso com os EUA.

Convém lembrar que os laços históricos entre Cabo Verde e os EUA têm vindo a se desenvolver há mais de dois séculos. Destaca-se a necessidade de se reforçar cada vez mais aquilo que já existe, quer seja por meio da diáspora quer através de iniciativas por parte de empreendedores, organizações, instituições, media e governos³. Nos últimos anos, tem havido uma sensibilização crescente para que os cabo-verdianos participem em programas de estudo em instituições do ensino superior norte-americanas e em programas de formação contínua ou intercâmbios. Como exemplos podem apontar-se os programas de Empreendedorismo para Mulheres Africanas (Project 54/WIA 54 Award) e Iniciativa para Jovens Líderes Africanos (YALI). Estes programas facilitam o estabelecimento de futuros contactos para negócios e parcerias. Nas palavras de Marissa Scott-Torres, Encarregada de Negócios da Embaixada Americana em Cabo Verde até 2019, no âmbito da Gala Comemorativa do Bicentenário de amizade Cabo Verde-EUA realizado na Cidade da Praia a 16 de dezembro de 2018, existe uma relação muito profunda e estável entre Cabo Verde e os EUA, que não é expressa em palavras, mas em atos. Honramos e reconhecemos esse relacionamento. Prestamos homenagem ao nosso passado e ao nosso futuro⁴.

³ A relação no plano bilateral entre Cabo Verde e os EUA é reforçada em várias ocasiões, reuniões e encontros oficiais. Veja-se, por exemplo, a referência expressa no Programa de Governo e Moção de Confiança (2021-2026) - VIII Governo Constitucional (2021: 13): No plano bilateral, Cabo Verde (...) "nação com relações seculares com os Estados Unidos da América, onde reside a maior comunidade cabo-verdiana da diáspora, com ênfase para a mobilização de competências e de influência da diáspora a favor de Cabo Verde, na atração de investimentos, turismo, conhecimento e tecnologia e em acordo estratégico de defesa e segurança" (2021: 23).

⁴ A este respeito, ver: U.S. Embassy in Cabo Verde (2018, dezembro 16). Bicentennial Gala – Chargée Scott remarks. Disponível em <https://cv.usembassy.gov/bicentennial-gala-chargee-scott-remarks/>.



Referências

- Amado, Abel Djassi (2014). Dôs Pezôd ou o Liliputiano e o Colosso? As Relações Internacionais entre Cabo Verde e os EUA In José Pina Delgado, Odair Barros Varela and Suzano Costa (Orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas* (pp.477-505). Praia: Edições ISCJS.
- Baker, Bruce (2009). Cape Verde: Marketing GoodGovernance. *AfricanSpectrum*, 44 (2), 135-47.DOI: <https://doi.org/10.1177/000203970904400208>.
- Bernardino, Luís Brás (2008). *A importância geoestratégica do AFRICOM para os EUA em África*. Disponível em <http://docplayer.com.br/33089606-A-importancia-geoestrategica-do-africom-para-os-eua-em-africa.html>.
- Brainard, Lael, Graham, Carol, Purvis, Nigel, Radelet, Steven andGayle E. Smith (2003). *The Other War: Global Povertyand Millennium ChallengeAccount*. Washington, D.C.: Center for Global Development. Brookings Institution Press.
- Berschinski, Robert G. (2007). *AFRICOM's Dilemma: The "Global WaronTerrorism," "CapacityBuilding," Humanitarianism, and the Future of U.S. SecurityPolicy In Africa*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Brooks, George E. (1970). *Yankee Traders, OldCoasters&AfricanMiddlemen; A History of AmericanLegitimateTradewith West Africa in the Nineteenth Century*. Brookline: Boston University Press.
- Brooks, George E. (2010a). *Western Africa and Cabo Verde, 1790s-1830s: Symbiosis of SlaveandLegitimateTrades*. Bloomington: Authorhouse.
- Caldeira, Manuel (2013). *Escravos e Traficantes no Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Canney, Donald L. (2006). *Africa Squadron: The U.S. Navy and the Slave Trade, 1842-1861*. Washington, D.C.: Potomac.
- Cardoso, Katia (2014). Das Baleeiras ao Millennium Challenge Account: Os Desafios das Relações Entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América In José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa (Orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas* (pp.507-528). Praia: Edições ISCJS.
- CEDSN (2011). *Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*. Resolução n.º 5/2011 de 17 de janeiro. Boletim Oficial n.º 3 – I Série, 129-140.
- Carreira, António (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Carreira, Antonio (1982a). *ThePeople of the Cape Verde Islands: The People of the Cape Verde Islands: exploitationandemigration*. London: Hurst.
- Costa, Suzano; Pinto, Jorge Nobre (2014). A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: Entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva? In José Pina Delgado, Odair Barros Varela and Suzano Costa (Orgs.) *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas* (pp.163-228). Praia: Edições ISCJS.



Duncan, Thomas Bentley (1972). *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*. Chicago: University of Chicago Press.

E-GLOBAL (2018, agosto 02). *Centro de Operações de Segurança Marítima financiado pelos EUA poderá ser alargado a São Tomé e Príncipe*. Disponível em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/cabo-verde/cabo-verde-centro-de-operacoes-de-seguranca-maritima-financiado-pelos-eua-podera-ser-alargado-a-sao-tome-e-principe/>.

Expresso das Ilhas (2015). *Leonesa Fortes afirma que empresas precisam apostar na qualidade*. Disponível em <https://expressodasilhas.cv/politica/2015/09/12/leonesa-fortes-afirma-que-empresas-precisam-apostar-na-qualidade/45870>.

Garcia, Francisco Proença (2017). Cabo Verde e o Espaço do Atlântico. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. 6 (11), 99-117. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.70168>.

Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) (2003). *Plano de Gestão dos Recursos da Pesca*. Praia (Cabo Verde). Direcção Geral das Pescas - Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

Governo de Cabo Verde (2021). *Programa de Governo e Moção de Confiança 2021-2026 - VIII Governo Constitucional*. Praia: Governo de Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde (2018, julho 30). *Simpósio Africa Endeavor 2018 arranca na ilha do Sal, com a participação de representantes de mais de 30 nações africanas*. Disponível em: <https://governo.cv/index.php/destaques/9661-simposio-africa-endeavor-2018-arranca-na-ilha-do-sal-com-a-participacao-de-representantes-de-mais-de-30-nacoes-africanas>.

Graça, Camilo Leitão da (2014). A Noção do "Pragmatismo" na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa (Orgs.) *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas* (pp.267-83). Praia: Edições ISCJS.

Halter, Marilyn (1993). *Between Race and Ethnicity: Cape Verde an American Immigrants, 1860-1965*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

Inforpress (2018). *Cabo Verde precisa diversificar a sua economia rural – constata embaixador dos EUA*. Disponível em <https://inforpress.cv/cabo-verde-precisa-diversificar-a-sua-economia-rural-constata-embaixador-dos-eua/>.

Lima-Neves, Terza Alice Silva (2015). D'NOS MANERA - Gender, Collective Identity and Leadership in the Cape Verdean Community in the United States. *Journal of Cape Verdean Studies* 1 (1), 57-82.

Lobban, Richard Andrew (2018). *Cape Verde: Crioulo Colony to Independent Nation*. Oxfordshire: Taylor & Francis. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429501883>.

LUSA (2018). *Comando Militar Americano para África sem interesse em ter sede em Cabo Verde*. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/comando-militar-americano-para-africa-sem-interesse-em-ter-sede-em-cabo-verde-9308806.html>.



Madeira, João Paulo (2019a) Política Externa Cabo-verdiana: evolução, perspetivas e linhas de força. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais* 7 (1), 87-109. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2019v7n1p87-109>.

Madeira, João Paulo (2019b) Security Challenges for Small Island Developing States: The Case of Cape Verde. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 14 (2), 155-177. DOI: <http://dx.doi.org/10.18359/ries.3756>.

Madeira, João Paulo (2018) *Nação e Identidade - A singularidade de Cabo Verde*. Praia: Pedro Cardoso Livraria.

Madeira, João Paulo. (2016a). A Construção do Estado-Nação em Cabo Verde In Bruno Carriço Reis (Org.), *Radiografia Crioula: Um diagnóstico político e social de Cabo Verde*, (pp.49-82). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa & Sílabas Desafios.

Madeira, João Paulo. (2016b). Cabo Verde: De um "Estado inviável" ao Pragmatismo na Política Externa. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 11 (1), 85-101. DOI: <http://dx.doi.org/10.18359/ries.1368>.

Madeira, João Paulo (2015). Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 4 (8), 58-77. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.59312>.

Madeira, João; Carriço Reis, Bruno (2018). "The construction of democracy in Cape Verde: from portuguese colonial conditionalism to international recognition". Notas. *JANUS.NET, e-journal of International Relations* 9 (1), 183-198. DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.02>.

Madeira, João Paulo e Monteiro, Nataniel (2017). Cabo Verde na segurança e defesa do Atlântico: Dimensões da parceria Norte-Sul e Sul-Sul. *Revista Geográfica Venezolana* 58 (1), 102-117.

Mawdsley, Emma (2007). The Millennium ChallengeAccount: Neo-Liberalism, Poverty and Security. *Review of Internacional Political Economy* 14 (3), 487-509. DOI:<https://doi.org/10.1080/09692290701395742>

Monteiro, Maria de Fátima Brito (2020, outubro 08). *Segurança Marítima na Macaronésia e no Golfo da Guiné: Situação de Cabo Verde* (1ª Parte). Disponível em https://revistademarinha.com/seguranca-maritima-na-macaronesia-e-no-golfo-da-guine-situacao-de-cabo-verde/?fbclid=IwAR0QjUI2BLtdUFXhAGfXnqC4zWy1IWK0_Hpj-m-AOYC7ozCX32wAMzc83R4.

Monteiro, Ramiro Ladeiro (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia*. Lisboa: ISCSP.

Montezinho, Jorge (2020). É possível pôr Cabo Verde no mapa dos investimentos americanos. In *Expresso das Ilhas*. Disponível em <https://expressodasilhas.cv/politica/2020/02/01/e-possivel-por-cabo-verde-no-mapa-dos-investimentos-americanos-john-jefferson-daigle/67752>.

Montezinho, Jorge (2015, June 28). Lei que Facilita Exportações de África para EUA Alargada por mais dez anos: Cabo Verde não Aproveita AGOA. In *Expresso das Ilhas*. Disponível em <https://expressodasilhas.cv/economia/2015/06/28/lei-que-facilita-exportacoes-de-africa-para-eua-alargada-por-mais-dez-anos-cabo-verde-nao-aproveita-agoa/44905>.



MOTT (2020). *Celebrate MA the Cape Verdean Way*. Disponível em <https://www.visitma.com/blog/2018/04/cape-verdean-massachusetts/>.

Munson, Robert B. (2010). Carta ao AFRICOM No. 1: A Segurança Ambiental e o Engajamento na África. *Air & Space Power Journal em Português XXII* (1), 4-11. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/51282212/carta-ao-africom-no-1-air-space-power-chronicle>.

ONU News (2020, abril 01). *Cabo Verde pede a diáspora para "cumprir regras e ter disciplina" diante da covid-19*. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1709112>.

Páez, Laura; Karingi, Atephen; Kimenyi, Mwangi, and Mekalia Paulos (2010). A decade (2000-2010) of African-U.S. Trade Under the African Growth and Opportunities Act (AGOA): Challenges, Opportunities and a Framework for Post AGOA Engagement. African Trade Policy Center, *Work in Progress*, 81. New York: United Nations Economic Commission for Africa.

Pimenta, Fernando Tavares (2014). O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). *História (São Paulo)* 33 (2), 250-272.

Resende-Santos, João (2020). Cabo Verde and the MCA foreign aid programme. *Journal of Modern African Studies*, 58 (1), 91-114. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022278X19000582>.

Resende-Santos, João (2018, outubro 22). O significado do SOFA para Cabo Verde. In *Jornal A Nação*, nº 580, Ano XI: E8-E9. Disponível em <https://anacao.cv/2018/10/22/significado-do-sofa-cabo-verde/>,

Revista Balanço MCA (2017). *Segundo Compacto do Millennium Challenge Account Cabo Verde*. Disponível em <http://www.mca.cv/images/PDF/RevistaBalançoMCA-CVIINet.pdf>.

Rodrigues, Ivo Miguel Lima (2017). *Plano Nacional de Contingência para o Combate à Poluição do Mar: Guia para Estabelecimento dos Planos Operativos*. (Dissertação de Mestrado não editada). Alfeite: Escola Naval Portuguesa.

Santiago Magazine (2018). *Cabo Verde não tem aproveitado das oportunidades de exportação para EUA*. Disponível em <https://www.santiagomagazine.cv/index.php/economia/1168-cabo-verde-vem-desperdicando-oportunidades-de-exportacao-para-os-eua>.

Shapouri, Shahla, and Michael Trueblood (2003). The African Growth and Opportunities Act (AGOA): Does it Really Present Opportunities?. *Contributed paper presented at the International Conference Agricultural Policy reform and the WTO: Where are we heading*. 23-26.

Disponível em https://agoa.info/images/documents/2890/Shapouri_Trueblood_AGOA.pdf

Soederberg, Susanne (2004). American empire and 'excluded states': the Millennium Challenge Account and the shift to pre-emptive development. *Third World Quarterly* 25 (2), 279-302. DOI: <https://doi.org/10.1080/0143659042000174815>.



Thornton, Jonh (2012). *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511800276>.

Tolentino, Jorge (2019). *Estados Unidos da América e Cabo Verde: Uma Parceria Histórica e Estratégica*. Praia: Arnaldo França Livraria.

U.S. Department of State (2019). *U.S. Relations With Cabo Verde, Bilateral Relations Fact Sheet*. Disponível em <https://www.state.gov/u-s-relations-with-cabo-verde/>.

U.S. Embassy in Cabo Verde (2019, julho 26). *Chargée d’Affaires, Amanda Porterspeechat Independence Day Celebrations*. Disponível em <https://cv.usembassy.gov/chargee-daffaires-amanda-porter-speech-at-independence-day-celebrations/>.

U.S. Embassy in Cabo Verde (2018, dezembro 16). *Bicentennial Gala – Chargée Scott remarks*. Disponível em <https://cv.usembassy.gov/bicentennial-gala-chargee-scott-remarks/>.

StrategicCulture Foundation (2018, agosto 30). *US Military Presence in Africa: All Over Continent and Still Expanding*. In *Strategic Culture Foundation*. Disponível em <https://www.strategic-culture.org/news/2018/08/30/us-military-presence-in-africa-all-over-continent-still-expanding.html>.